

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5ª Sessão Ordinária de 2016

**(Publicada no DECNMP, Caderno Processual, de 26/02/2016, págs. 1/21)**

Dia: 15/03/2016

Hora: 10:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

### **PAUTA DESTA SESSÃO**

#### **PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

1. Aprovação das Atas da 3ª Sessão Ordinária (16.02.2016) e da 4ª Sessão Ordinária (23.02.2016).

#### **Processos com Pedidos de Vista**

##### **Pedidos de Vista em 24/02/2015**

2. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

##### **Pedidos de Vista em 14/04/2015**

3. Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67

Proponente: Conselheiro Almino Afonso

Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

4. Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10  
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

5. Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 22/09/2015

6. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 13/10/2015

7. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE n.º 122/1994.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/10/2015

8. Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP n.º 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
9. Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42  
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
10. Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
11. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87  
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o n.º 20K00489448.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Cons. Otavio Brito Lopes
12. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000364/2015-84  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 3ª Promotoria de Justiça de Águas Lindas de Goiás, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 10/11/2015

13. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000491/2015-83 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Inácio Lula da Silva

Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730; Larissa Teixeira Quattrini – OAB/SP n.º 175.235; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP 153.720

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 24/11/2015

14. Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24

Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

15. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)

Embargante: Dirceu Dresch

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Santa Catarina

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica  
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Cons. Otavio Brito Lopes  
Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Cons. Esdras Dantas de Souza

16. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001610/2014-34 (Apenso: Processos n.º 0.00.000.001398/2010-81 e n.º 0.00.000.001432/2011-07)
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Luís André Ferreira da Cunha – OAB/PA n.º 18.899B  
Assunto: Pedido de revisão dos processos disciplinares n.º 71/2010 e n.º 73/2010 que tramitaram no Ministério Público do Estado do Pará.
- Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

17. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)
- Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
- Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 24ª Sessão Ordinária

18. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)
- Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho  
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados  
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.
- Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

### Pedidos de Vista em 26/01/2016

19. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa  
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955  
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.  
  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Tocantins  
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

20. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba, nos termos do voto do Relator.  
  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

### Pedidos de Vista em 27/01/2016

21. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio  
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução n.º 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.  
  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

22. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001408/2013-21 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001400/2009-89)

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

23. Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36  
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
24. Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
25. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Advogado: Rubimar Barreto Silveira – OAB/MT n.º 3.640  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

26. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11  
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo n.º 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 19ª Sessão Ordinária (13/10/2015)

27. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000119/2014-96

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Interessado: Aldo Clemente de Araújo Filho – Presidente do SINDSEMP/RN

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Assunto: Requer o controle de projeto de lei que cria o "Núcleo de Apoio Volante", a ser composto por analistas e técnicos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, bem como que seja recomendado ao Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado que se abstenha de criar ou aumentar o número cargos em comissão.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

28. Inspeção n.º 0.00.000.000622/2014-41

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

29. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

30. Pedido de Providências n.º 0.00.000.001225/2014-97

Requerentes: Antonio Fernandes da Silva Júnior; Gilvan Oliveira de Rezende; Laura Imperatriz Batalha Moreira Nery Moura; Luis Felipe Jordão Wanderley; Raymundo Napoleão Ximenes Neto; Sílvia Nunes Leal

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Assunto: Requer que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe tome as providências necessárias para o imediato provimento dos cargos criados pela Lei Complementar Estadual nº 243/2014.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Sergipe

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

31. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000246/2013-12 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001290/2012-51)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 081/2010/CGMP, que tramita no Ministério Público do Estado do Pará.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Distrito Federal
32. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000001/2014-68  
Requerente: Francisco das Chagas Santiago da Cruz – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas  
Requerido: Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Assunto: Requer o cumprimento, pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, de decisão exarada nos autos do Processo n.º 1353/2012-79, em vista de decisão daquele Colegiado que determinou a conversão, em multa, da pena de suspensão imposta a membro daquele Parquet.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Amazonas
33. Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51  
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU  
Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163  
Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU  
Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
34. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000677/2014-51  
Requerente: Alexandre Augusto da Cruz Feliciano – Promotor de Justiça/SP  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo nº 06-12, que tramitou no Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: São Paulo
35. Inspeção n.º 0.00.000.000794/2015-04  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo de Inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Amapá.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

## **Processos desta Sessão (15/03/2016)**

36. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001937/2010-82  
Requerente: Olympio Pereira da Silva Junior  
Advogados: Ana Carolina Arrais Bastos – OAB/DF n.º 26.891; Carlos Eduardo Caputo Bastos – OAB/DF n.º 2.462  
Requerido: Ministério Público Militar  
Assunto: Requer deliberação deste Conselho para o cumprimento, pelo Ministério Público Militar, do requerido no processo MPM n.º 08160.007475/10, referente a pedido de conversão em pecúnia de licenças-prêmio não gozadas, consoante entendimento deste Conselho sobre contagem do prazo prescricional, decidido nos processos CNMP 0.00.000.000652/2006-48, 0.00.000.000018/2009-58 e 0.00.000.000034/2009-41.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
37. Pedido de Providências n.º 0.00.000.001228/2012-69  
Requerentes: Lidice Meireles Picolin; Sarah Land da Silva  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer providências em relação a servidores anistiados pela Lei n.º 8878/94, lotados na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, para que tenham os mesmos direitos, garantias e tratamento igualitário aos demais servidores daquela unidade ministerial.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Rio de Janeiro
38. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000282/2013-78  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar/Manaus-AM  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar/Manaus-AM.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
39. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000283/2013-12  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar/Rio de Janeiro-RJ  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar/Rio de Janeiro-RJ.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
40. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000284/2013-67  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar/Recife -PE  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar/Recife-PE.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

41. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000285/2013-10  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar em Bagé-RS  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar em Bagé-RS.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
42. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000294/2013-01  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar/Fortaleza-CE  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar/Fortaleza-CE.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
43. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000391/2013-95  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria Geral da Justiça Militar  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Geral da Justiça Militar.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
44. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000404/2013-26  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da Justiça Militar em Campo Grande-MS  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n° 81/2012 na Procuradoria da Justiça Militar em Campo Grande-MS.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
45. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000411/2013-28  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar de São Paulo-SP  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n° 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar de São Paulo-SP.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

46. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000412/2013-72  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
47. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000413/2013-17  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar em Juiz de Fora-MG  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar em Juiz de Fora-MG.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
48. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000414/2013-61  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba-PR  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba-PR.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
49. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000415/2013-14  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria de Justiça Militar em Salvador-BA  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria de Justiça Militar em Salvador-BA.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
50. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000822/2013-13  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da Justiça Militar no Rio Grande do Sul  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria da Justiça Militar no Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

51. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000823/2013-68  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da Justiça Militar no Estado do Pará  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria da Justiça Militar no Estado do Pará.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
52. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000824/2013-11  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da Justiça Militar no Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria da Justiça Militar no Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
53. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001552/2013-68  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPM – Procuradoria Geral de Justiça Militar/DF  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
54. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000117/2015-88 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000184/2014-11)  
Embargante: Gildásio Rizério de Amorim  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto da Costa – OAB/BA n.º 11.024  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da pena de suspensão, por 90 (noventa) dias, a membro do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Distrito Federal
55. Nota Técnica n.º 0.00.000.000529/2015-18  
Proponente: Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Assunto: Nota Técnica sobre a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental a não discriminação e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social no âmbito da Administração Direta e Indireta da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal

56. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000547/2015-08  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Apresenta manifestação de irresignação acerca de promoção de arquivamento do Ministério Público do Estado de São Paulo em denúncia formulada para apuração de irregularidades na administração da APAE de São Caetano.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: São Paulo
57. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000632/2015-68 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Carlos José Bacellar  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento ao Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia e de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Minas Gerais
58. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000889/2015-10  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no estado do Rio Grande do Norte em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude, bem como aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal
59. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000093/2016-48  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Ceará em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude, bem como aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal

## **PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS**

### **Processos com Pedidos de Vista**

#### **Pedido de Vista em 13/10/2015**

1. Pedido de Providências n.º 1.00091/2015-40  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Providências. Inadequação. Quadro de Servidores. 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. Inobservância. Prazos Processuais. Ministério Público do Estado de Sergipe.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Sergipe  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

#### Pedido de Vista em 24/11/2015

2. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

#### Pedido de Vista em 15/12/2015 – 24ª Sessão Ordinária

3. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00181/2015-30

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA n.º 11.024

Objeto: Acórdão. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Exercício da Advocacia. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

#### Pedido de Vista em 26/01/2016

4. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00188/2015-16

Requerente: Anton Klaus Matheus Morais Tavares

Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins

Interessado: Helio Luiz Cáceres Peres Miranda

Objeto: Cumprimento. Resolução CNMP nº 81/2012. Garantia. Nomeação do requerente. Vagas de Portadores de Necessidades Especiais. Cargo de Promotor de Justiça do Estado do Tocantins.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Tocantins

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

#### Pedidos de Vista em 27/01/2016

5. Proposição nº 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Cons. Fábio Bastos Stica

6. Proposição nº 1.00126/2015-31  
Proponente: Jarbas Soares Júnior  
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

#### Pedido de Vista em 23/02/2016

7. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00077/2015-82  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Promotor de Justiça aposentado. MP/PA. Perda do cargo. Cassação de aposentadoria. Apensamento da SIND 498/2012-52.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Orlando Rochadel Moreira

#### Processos Remanescentes

#### Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

8. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00128/2015-49  
Requerente: Procuradoria Geral do Trabalho  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Resolução nº 121/2015. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Nulidade do inciso VII, do artigo 6º. Autorização de concessão de medidas liminares/cautelares pelos Conselheiros Relatores. Ausência de atribuição do Colegiado para assegurar direitos em casos concretos. Liminar.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
9. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50  
Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

10. Proposição nº 1.00222/2015-52  
Proponente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Objeto: Proposta de Enunciado que dispõe sobre a competência do Conselho Nacional do Ministério público na análise de ato de Procurador-Geral.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
11. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00277/2015-53  
Requerente: Anna Victória Muylaert Saraiva Cavalcanti Dias  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Revisão de Processo Disciplinar. PAD nº 02/2104. Ministério Público do Estado do Piauí. Em desfavor de Promotor de Justiça Substituto.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Piauí
12. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00320/2015-80  
Requerente: Eduardo Antunes Parmeggiani  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Reformulação da lista de antiguidade dos membros do Ministério Público do Trabalho. Cômputo do período em que exerceu o cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho para fins de antiguidade na classe de Procurador Regional do Trabalho.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Rio Grande do Sul
13. Proposição nº 1.00333/2015-96  
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP  
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
14. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00336/2015-57  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Requer afastar a exigência contida no art. 1º do Ato nº 24/2015-PGMP e do art, 7º, § 2º, do Ato 20/2014-PGMP.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

15. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49  
Requerente: André Luís Alves de Melo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Minas Gerais

16. Proposição nº 1.00310/2015-36  
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Proposta. Emenda Regimental. Alteração dos art. 18, 77 e 84 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
17. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00327/2015-66 (Recurso Interno)  
Recorrente: Wendell Beethoven Ribeiro Agra  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Desconstituição Integral ou Revisão Parcial. Resolução nº 010/2015-CPJ. Determinação ao Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para que proceda nova apreciação da proposta de alteração de atribuições contida no Processo Administrativo nº 6.714/2013.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

18. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00230/2015-90  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pernambuco
19. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00265/2015-00  
Requerente: Paulo Celso Ramos dos Santos  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Anulação. Eleição. Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá. Igualdade de condições entre os candidatos. Realização de novo pleito.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Amapá
20. Pedido de Providências nº 1.00301/2015-45  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Interessado: Corregedoria Nacional  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Relatório Conclusivo da Inspeção no Ministério Público do Estado de Pernambuco. Processo nº 0.00.000.000371/2014-03. Proposição nº 31.2.6. Apurar os critérios de concessão do auxílio-alimentação e do auxílio-refeição aos servidores e membros.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Pernambuco

21. Proposição nº 1.00312/2015-43  
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

**Processos desta Sessão (15/03/2016)**

22. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00022/2015-81  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Falta Funcional. Censura. Descumprimento. Negligência. Inércia. Excesso de Prazo. Exercício Função. Andamento Processual  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
23. Pedido de Providências nº 1.00028/2015-03 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Moisés Rufino Fernandes  
Objeto: Providências. Procedimentos. Ingresso às Instalações da Promotoria de Justiça. Atendimento por membro. Guarulhos. Ministério Público de São Paulo.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: São Paulo
24. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00099/2015-89  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal  
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 62/2015. Processo Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público Federal no Distrito Federal. Negligências no Exercício de Funções. Atraso no Andamento em 245 Feitos.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
25. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00162/2015-03  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Sigiloso  
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Referente à RD nº 0.00.000.001178/2014-81.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rondônia
26. Procedimento Avocado nº 1.00203/2015-17  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2013 (nº MP 20431/2013), em curso no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, avocado nos autos do procedimento CNMP nº 0.00.000.000456/2015-64.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Espírito Santo

27. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00339/2015-18 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sigiloso  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Parecer em representação criminal.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: São Paulo
28. Pedido de Providências nº 1.00380/2015-58  
Requerente: Eduardo Libardoni  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Portarias. Procuradoria da República no Município de Chapecó. Plantão Institucional fora do horário de expediente. Indenização por horas trabalhadas. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Santa Catarina
29. Pedido de Providências nº 1.00391/2015-56 (Recurso Interno)  
Recorrente: Alex Sousa Gomes  
Recorridos: Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público Federal  
Objeto: Inércia. Apuração. Calúnia e perseguição contra o requerente. Promoção de Arquivamento. Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia e no Distrito Federal.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Bahia
30. Pedido de Providências nº 1.00398/2015-31  
Requerente: Andréa Barbosa Guimarães  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Promoção de Arquivamento. Procedimento nº 201500994167. Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Inexistência de falta funcional praticada por membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Rio de Janeiro
31. Pedido de Providências nº 1.00404/2015-41  
Requerente: André Luís Alves de Melo  
Objeto: Providências. Regulamentar a possibilidade de se pagar adicionais ou implantar outros sistemas de recompensas no Ministério Público.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Minas Gerais
32. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00420/2015-16  
Requerente: Aristides Silva Pinheiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014. Decisão emanada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Piauí

33. Proposição nº 1.00434/2015-85  
Proponente: Walter de Agra Júnior  
Objeto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre a uniformização e atuação do Ministério Público Brasileiro, através de políticas e diretrizes administrativas que fomentem o combate à síndrome de alienação parental que compromete o direito à convivência familiar da criança, adolescente, pessoa com deficiência e incapazes de exprimir a sua vontade.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal
34. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00449/2015-06  
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Suspensão. Decisão. Processo nº 20668/2014-9 (40460/2014-7). Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará. Pagamento de gratificação de titulação, no percentual de 20% a servidor.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Ceará
35. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00012/2016-27  
Requerente: Eduardo Matarazzo Suplicy  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Inércia. Apuração de denúncia. Crimes cometidos por Policiais Cíveis e Militares em parceria com grileiros. GAECO. Ministério Público do Estado de São Paulo. Bairro Água Funda.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: São Paulo
36. Pedido de Providências nº 1.00029/2016-57 (Recurso Interno)  
Recorrente: Paulo Gabriel Lopes de Araujo  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Providências. Promoção de arquivamento. Ministério Público do Estado do Paraná. Autos nº 2164-65.2014. 8º Juizado Especial Criminal. Crime de Calúnia contra o requerente.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Paraná
37. Pedido de Providências nº 1.00030/2016-09 (Recurso Interno)  
Recorrente: Paulo Gabriel Lopes de Araujo  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Providências. Promoção de arquivamento. Ministério Público do Estado do Paraná. Autos do processo nº 0014953-62.2015.8.16.0182. 8º Juizado Especial Criminal. Crimes de Calúnia cometido contra o requerente.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Paraná

38. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00034/2016-23  
Requerente: Edmar Azevedo Monteiro Filho  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Acre. Portaria nº 1.218/2015. Exoneração de servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e de servidores titulares de cargos de provimento efetivo das funções de confiança. Lei de Responsabilidade Fiscal. Preservação de direitos trabalhistas dos servidores.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Acre
39. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00064/2016-67  
Requerente: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Desconstituição de ato. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Autos do Processo Administrativo nº 00001.01104/2015-4. Ajuda de Custo. Remoções Voluntárias. Violação a princípios da Administração Pública.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Rio Grande do Sul

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**